



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL BRASÍLIA/DF, 29 de AGOSTO DE 2006.

ATA DA XVIII REUNIÃO DO CONSEA

Às nove horas e cinqüenta minutos do dia vinte e nove de agosto do ano de dois mil e seis, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília/DF, por convocação do Sr. Presidente, Francisco Menezes, foi realizado a XVIII Reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, constituído através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004, PRESENTES: registrou-se a presença dos membro representantes da Sociedade Civil: Adriano dos Santos Martins; Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite; Christiane Gasparini Araújo Costa; Delzi Maria de Araújo Castro; Dulce Terezinha Oliveira Cunha; Edmar Guariento Gadelha; Éldio Bonomo; Francisco Menezes; Gleyse Maria Couto Peiter; Maria Emilia Pacheco; José Ribamar Araújo e Silva; Moisés Machado; Naidison de Quintella Baptista; Padre Matias Martinho Lenz; Pastor Sillas dos Santos Vieira; Pedro Makumbundu Kitoko; Regina da Silva Miranda; Renato Sérgio Maluf; Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade; Suely Nazaré de Oliveira Linhares; Ubiraci Dantas de Oliveira; Zilda Ams. Registrou-se as presenças dos seguintes suplentes dos representantes da Sociedade Civil: Adriel de Souza; Celiana Barbosa Pereira ; Francisco de Assis Diniz; Raimundo Nonato Pereira da Silva; Regina Barros Miranda; Ricardo A. W. Tavares. Registrou-se a presença do Assessor Especial da PR André Roberto Spitz e dos seguintes representantes de Ministros no CONSEA: Scheila Maria Assis Oliveira -Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; Adriana Santos – Assessoria Especial da PR; Albaneide Peixinho - Ministério da Educação e Cultura-; Gilson Alceu Bittencourt; Simone Tognoli Galati Moneta - Ministério da Fazenda; Enid Rocha de Andrade da Silva; Davi Schmidt - Secretaria Geral da Presidência da República; Sérgio Antonio Gonçalves - Ministério das Cidades; Roberto Vizentin - Ministério do Meio Ambiente; Jorge Luiz Carneiro de Macedo - Secretaria Esp. De Pol. De Prom. da Igualdade Racial; Alder do Couto Andrade; Silvana Parente;Sérgio Pinho- Ministério da Integração Nacional. Registrou-se a presença dos membros observadores: Dra. Eva Maria Cella Dal Chaiavon- Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da Republica; Flávio Luiz Schieck Valente- Relatoria do Direito Humano à Alimentação; Meiry Andréa Borges David – Talher Nacional -; Lana Magaly Pires – Ministério da Ciência e Tecnologia. Registrou-se a presença dos seguintes convidados e assessores: Aline Diniz Rodrigues Caldas; Alba Luci Rego de Moraes Peloso;Adriana Aranha;Andrey Freitas; Bianca Lazarini Cunha; Cibele Oliveira; Crispim Moreira; Jader José Oliveira; João Augusto – MDS/SESAN; João Ferreira Santiago – Talher Nacional -; José Honório Figueiredo Neto; Lea Rocchi Sales; Leandro Borges Antonialli; Lécio Lima Costa; Lucélia KLuz Pereira; Luciana Cassiano Machado; Maria Cavalcante Vicente – CONTAG -; Onaur Ruano;Paula Balduino; Rogério Carvalho Jonas Jr; Rosangela Rondon Rossi; Roseane do Socorro Gonçalves Viana; Silas Leite da Silva – MRE -; Silvio Porto; Sonia Lucia dos Reis Alves; Terezinha B. Maglia.

PERÍODO DA MANHÃ - Aprovação da Ata da XVII Plenárias e da Pauta – 9h às 9:15; Informes – 9:15 às 10h; Apresentação das propostas para a III Conferência – 10h às 11h; Discussão em Grupos das Propostas para a III Conferência - 11h às 13:00; PERÍODO DA TARDE – Definição das propostas para a III Conferência – 14:30 às 17:00; Encaminhamento das Instâncias – 17h às 17:30; Encerramento – 17:30. No dia vinte e nove de agosto de dois mil e seis, no Auditório do Palácio do Planalto, em Brasília/DF realizou-se a XVIII Reunião Plenária do Consea. O Presidente Francisco Menezes iniciou a reunião saudando os presentes e informando que a mesma será de um único tema. Sendo justificado pela sua importância para preparação da III Conferência Nacional informou que o Ministro Patrus Ananias não está presente, pois compareceu ao sepultamento do Dom Luciano Almeida onde ressaltou sua importância na vida nacional e propôs que a plenária fosse dedicada, como uma homenagem, a ele onde todos concordaram. Em seguida sugeriu que se tenha sempre a ata da reunião anterior nas pastas e solicitou que fosse feita a revisão da ata da XVII Reunião Ordinária pelos presentes e as alterações fossem posteriormente enviadas. O presidente passou então ao próximo ponto, os informes, onde ressaltou três pontos a serem abordados. O



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

primeiro, justificou-se aos Conselheiros vindos de outros estados dos transtornos causados em função da falha da agência responsável pela emissão das passagens e que o retorno já estava normalizado e agradeceu a compreensão e o sacrifício dos Conselheiros e das Conselheiras por estarem na reunião. O segundo ponto, sobre a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional; disse ter um informe bom. Salientou que o Projeto de Lei foi encaminhado para a Comissão de Justiça do Senado e votado, no final de julho, a relatora, Senadora Ideli Salvati pediu a aprovação sem alteração e em caráter urgente urgentíssimo e que o mesmo foi aprovado unanimemente na Comissão de Constituição e Justiça. Com isso dispensando sua passagem por outras comissões. Com o de acordo do Colégio de Lideranças, o projeto foi então remetido para ser votado no plenário. Disse que o projeto se encontra numa situação bastante favorável, porque não sofreu alterações de mérito em todo seu percurso desde a Câmara dos Deputados. O presidente informou que o projeto pode, porém não é assegurado, ser submetido numa Sessão Extraordinária, no plenário do Senado que ocorrerá no início de setembro a votação. Que irá acompanhar e como sendo um projeto forte tem boas possibilidades de ir à votação. Disse acreditar na aprovação do projeto ainda nesta legislatura o que é muito importante para Conferência. A última questão que o Presidente Francisco Menezes abordou foi sobre o orçamento de Segurança Alimentar e Nutricional 2007, onde colocou que apesar do esforço empenhado para se obter informações oficiais sobre a contemplação dos pedidos feitos foram informações esparsas. Colocou que há um atraso no processo e não conseguiu ter uma finalização dos trabalhos em nível do Ministério do Planejamento e da Casa Civil. O Presidente do CONSEA passou a palavra a Aloísio Melo que informou que o projeto de Lei será entregue até o dia 30 e aí seria conhecida a posição e como atuaria à partir deste resultado. Retomando a palavra o Presidente do CONSEA Francisco Menezes finalizou as questões colocadas afirmando não ser produtivo discutirem a questão do orçamento sem ter novos dados e passou a palavra para o Sr. Onaur Ruano Presidente do MDS. Este cumprimentou todos os presentes em seguida disse que recebeu os expedientes. O mesmo documento foi recebido pelo Ministro Patrus e pela Secretaria Executiva com cópia para a ele processar a informação e já havia um pleito aprovado pelo CONSEA quanto a valores referentes a ações, programas voltados para a segurança alimentar e nutricional no âmbito do Governo como um todo. Que o MDS já havia feito um processo de provisão orçamentária que acabou superando o total previsto. O total das ações aprovadas no CONSEA tem um pleito que chega a 651 milhões, no que foi organizado enquanto as prioridades daqueles valores, e a proposta do MDS chegavam a 956 milhões, quase 300 milhões além do que tinha sido levantado no CONSEA. Foi colocado que algumas ações o MDS está prevendo mais para além do que foi entendido como suficiente aqui pelo CONSEA e em algumas outras menos. Colocou existir uma diferença com relação ao que foi previsto lá na continuidade e ampliação das ações, do que se tem aqui. Mas os programas como aquisição de alimentos da agricultura familiar foram contemplados com bastante importância ao que se refere à provisão de 2007. Colocou que o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda têm de se posicionar e que não tem a informação com relação a este resultado. Ressaltando que todo excedente entra como uma demanda reprimida com possibilidade depois no decorrer do ano ser incorporada como crédito suplementar. Citando exemplos de créditos suplementares obtidos este ano no MDS e no MDA. Dizendo ainda que a questão da resposta oficial, não ocorreu por problemas internos lá mesmo, e que a informação do MDS já foi encaminhada para o gabinete do Ministro há mais de uma semana. Afirmou que o CONSEA será informado por um expediente formal no decorrer desta semana. O Conselheiro Onaur Ruano encerrando seu informe ressaltou que a Secretária Márcia Lopes vem fazendo um esforço para que todos os setores do governo que têm participação direta ou indireta do CONSEA venham ter presença ativa nas comissões de organização da conferência. O Presidente Francisco Menezes convidou o Conselheiro José Turbino da FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação para informes importantes para o conselho. Inicia cumprimentando os presentes para em seguida abordar os informes. O primeiro sobre o balanço do fome zero que foi feito pela FAO, lembrando o Programa América Latina sem fome lançado durante a visita do presidente Lula a Guatemala no ano de 2005. Disse que a FAO participou e apoiou o programa fome zero desde do início em 2002, disponibilizou para o CONSEA o documento Fome Zero lições principais, documento este já traduzido para o inglês e espanhol e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

reconhece o grande apoio dado por parte do Ministro Patrus Ananias, a Secretária Márcia Lopes e a todos os entrevistados na vídeo conferência com a presença de seis países, Guatemala, Colômbia, Venezuela, Chile, Peru e Bolívia, onde o grupo peruano incluiu a esposa do Presidente Garcia, informou que a prefeitura da Colômbia lançou o programa Bogotá sem fome. Que o fome zero é uma referência internacional. O segundo informe é um documento a ser apresentado após as eleições ao novo Governo para dar continuidade ao programa fome zero e que a FAO está trabalhando também com o Caribe levando proposta para o Haiti sobre o tema água baseado no sistema brasileiro incluindo o sistema semi-áridos da EMBRAPA, trabalhando junto com MDA, MDS e CONSEA. Fez o anúncio sobre o tema do dia mundial da alimentação que conta com a participação de mais de cento e oitenta países e o tema deste ano é investir na agricultura para garantir a segurança alimentar. Finalizou propondo ao CONSEA considerando o tema investir na agricultura para garantir a segurança alimentar uma atenção especial aos avanços do PRONAF e também ao PAA, do Programa Fome Zero. O presidente do CONSEA retoma a palavra e pede ao Conselheiro Naidison de Quintella Baptista do TCU para dar um informe sobre a auditoria no projeto Um Milhão de Cisternas. O Conselheiro cumprimentou os presentes e disse que o TCU auditou nove dos onze estados onde é desenvolvido o programa Um milhão de Cisternas. O TCU não entrou no mérito de prestações de contas e análises de documentos, mas se caracterizou pela avaliação operacional, entrevistando pessoas, visitando comunidades, analisando o grau de satisfação. Alguns elementos foram ressaltados como a importância do programa na dimensão da segurança alimentar e nutricional o acesso a água a pessoas que não tem ressaltando a grande importância da Asa em suas várias organizações. Para alguns elementos levantados pede o cumprimento imediato e para outros pede estudos, avaliações etc. Para questões prementes sugere estudos técnicos para melhorar as tecnologias adotadas. Levanta a questão da identificação ou não do público da bolsa família com público das cisternas. A identificação não existia na apresentação da proposta nem a bolsa família existia, o que ocasionou certa confusão de público e objetivos. Colocou que a Asa tem como critério não construir cisterna em fazendas cujas as pessoas não proprietárias, já que o agricultor hoje está aqui amanhã não e estaria usando recursos públicos para valorizar a propriedade do fazendeiro. Foi levantada a questão da equidade e se deveria trabalhar para todos que tem necessidade da água. O debate porque entende que a responsabilidade de prover água ao seu funcionário é do proprietário e não do governo. Um debate que está sendo feito com o MDS. Outra questão é a suspensão imediata da utilização do fundo solidário rotativo. Muitas organizações da Asa, agricultores e agricultoras por iniciativa própria e não por injunção ou por obrigatoriedade, mas por iniciativa da comunidade ou de um conjunto de comunidades utilizam o fundo solidário, para todas as iniciativas que chegam naquela comunidade como sementes, cisternas, moradia e tudo que chegam a eles são adequadas ao processo do fundo solidário. Avaliam que com isso criam autonomia. O tribunal coloca taxativamente no sentido de suspender de imediato, que é cobrança indevida de taxas e valores para serviços que são serviços públicos que devem ser gratuitos. Coloca que são estes os elementos mais imediatos e urgentes e sugere uma inter-relação de políticas. Que exista uma inter-relação entre os programas das cisternas, o MDS e o Ministério da Saúde, especificamente com os agentes comunitários da saúde para o monitoramento da qualidade da água. Que exista inter-relação entre o MDS, o programa de cisternas e o Ministério das Cidades para promover melhoria habitacional para agricultores e agricultoras que estão privados das cisternas por terem telhados de palha ou casa que não têm dimensões para captação de água da chuva. Disse ser estes os elementos mais importantes, que o Acórdão seja uma peça de oitenta páginas, a Asa está com uma agenda de trabalho com o MDS para buscar e ver como adequar estas questões ao processo.

O Conselheiro Naidison ressaltou a necessidade de um debate mais profundo da questão do problema, não apenas do programa Um milhão de Cisternas mas também de outras políticas semelhantes e não apenas dizer que isto pode e isto não pode e que o próprio tribunal quando dá a manchete para o Acórdão: "Tribunal Identifica irregularidades no programa de Cisternas" deprecia o processo que está dando certo com excelentes resultados. Disse que esta é uma informação para se estar por dentro do processo e contra balançar as questões da presença que se deve dar ao CONSEA. O presidente Francisco Menezes retoma a palavra e sugere que o CONSEA fique vigilante



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ao andamento processo pedindo ao plenário dê a delegação da presidência do CONSEA "ad reverendo" se manifestar. O Conselheiro Onaur Ruano informa que a presidência do CONSEA pediu ao FNDE, o programa nacional de alimentação escolar, trouxesse o informe do projeto de lei da alimentação escolar. O presidente Francisco Menezes pergunta ao Conselheiro Edmar qual a forma e a quem se deve dirigir e sugere que se discuta uma proposta que será apresentada após a retomada dos trabalhos, o Conselheiro Onaur Ruano tem a palavra e propõe uma ampliação do informe do Conselheiro Naidison do TCU, trouxe para o CONSEA uma socialização da informação, que a informação que a assessoria do TCU divulgou não corresponde ao conteúdo do relatório. A manchete fala em irregularidade o relatório traz identificação na interpretação dos que fizeram trabalhos em desconformidade. Que o Conselheiro Naidison colocou bem a questão da opinião que foi coletada para o trabalho e que é um trabalho marginal, citando exemplo da construção da cisterna com recursos públicos na propriedade privada do latifundiário ou fazendeiro. Representa menos de um por cento do total de cisternas colocadas, numericamente em termos de locação de recursos nesta discussão ela seria marginal que se resolveria na definição do público que iria receber a cisterna. Colocou que se tem como atender ao que o TCU coloca como recomendação e todo documento ao final ele não faz intervenções que não sejam recomendações. O MDS e a Asa estão discutindo as questões que são possíveis acolher de imediato as recomendações do TCU processando o debate. Cita exemplos e apresenta soluções do fundo rotativo inclusive e afirma ser pouquíssimos casos afirmando que foram encontradas soluções para os pontos levantados pelo TCU, a matéria divulgada pela imprensa não condiz com o relatório apresentado pelo TCU e que as recomendações do TCU algumas serão respondidas até por estarem equivocadas e que é um processo ainda a ser construído. O Presidente do CONSEA, passa a palavra para Conselheira Alba Luci Rego que cumprimenta os presentes e passar dar os informes, o primeiro é sobre o projeto de lei que já foi discutido na comissão de promoção de direitos humanos, CONSEA e com equipe do Ministério Público que propôs um incremento ao projeto criando uma rede com os Ministérios Públicos estaduais, Federal e com a Controladoria Geral da União com a finalidade de fiscalizar mais efetivamente o programa e tudo foi acrescido ao programa e que nada foi retirado do programa apenas acrescido propostas que vieram da comissão, da discussão com a Pronab e o aproveitamento da lei que foi aprovada da Agricultura Familiar amarrando ainda mais com a proposta da lei da agricultura. Disse que o Projeto de lei está no jurídico do FNDEA que já foi discutido com eles e está indo para o Ministério da Educação, passando os tramites irá para a Casa Civil e daí para o Congresso, assim que o projeto sair do Ministério ela levará uma cópia porque depende muito da participação do CONSEA para aprovação do projeto de lei, já vão ter vários interesses contrários a este projeto tramitando na Câmara, e vai precisar muito dos trabalhadores rurais e dos profissionais da saúde para que o projeto seja aprovado da forma que está sendo elaborado. Abordou a questão do orçamento informando que no FNDEA foi bastante discutido e já havia chegado o ofício do CONSEA com o pedido de um bilhão e oitocentos mil que está em discussão no MEC a aprovação entre um bilhão e seiscentos milhões e um bilhão e oitocentos milhões, se aprovado o um bilhão e seiscentos milhões o E não será contemplado, em contrapartida foi aprovado o orçamento para capacitação dos Conselheiros no valor de dois milhões e quinhentos mil para captação dos conselheiros de alimentação escolar. Outro informe é que após a Portaria Interministerial Saúde e Educação foram criadas o Centro de Colaboradores que está sendo montado um estrutura do Centro de Colaboradores para alimentação escolar com as universidades federais e já tem contatos com quatro universidades e a proposta de Centro Colaboradores foi aberto também para as associações técnicas científicas e para ONGs não será fechado apenas com instituições apesar de considerar mais fácil já que com as universidades federais é feito através de descentralização de recursos e com os outros são feitos convênios que torna mais demorado e complicado e nas universidades a tramitação é dentro do FDN e em quinze dias os recursos são repassados e por isso considera uma tramitação fácil. Quanto a questão do compromisso assinado entre o FAO e Brasil/MEC para apoio e assessoria técnica nos países da África, informou já foram a missões em Angola, Cabo Verde que tem um equipe em Moçambique, a proposta é que estes países assumam o programa de alimentação escolar e que eles querem adotar o modelo brasileiro e já está sendo feito contato com ABC para enviar equipe técnica. No Haiti continua um projeto em discussão



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

e que agora estão indo para Cancun, no México, apresentar na Rede Latino Americano de Alimentação Escolar duas palestras, uma para os sócios da rede e também para todo o público da Rede. No próximo ano a idéia é incluir o CONSEA neste congresso que já é sócio da Rede e pleiteiam fazer parte da direção. Estão organizando o Encontro Nacional de Experiências Exitosas, com seiscentos e trinta municípios já inscritos e está previsto para dezoito de novembro dependendo apenas da agenda do presidente Lula e encerrou lembrando que o dia trinta e um de agosto é o dia da nutricionista e homenageando a todas. O presidente do CONSEA toma a palavra e diz ser a homenagem também do CONSEA e faz uma consideração no que diz respeito ao Projeto de Lei que sairá do MEC e irá para Casa Civil e que dificilmente será apresentado no Congresso nesta legislatura. O CONSEA pode ser parceiro numa estratégia que já tem experiência acumulada sobre o tema e acredita que terá o mesmo êxito que está tendo com o projeto de lei orgânica de segurança alimentar. Passando para o último informe abordando um problema grave que está ocorrendo no Maranhão. A incidência de Beribéri, e que a Câmara Temática de saúde e nutrição já havia discutido a respeito e passou a palavra para a Conselheira Sônia Lucia Lucena Souza de Andrade que cumprimentou os presentes e afirmou ter sido cobrada em Recife de forma informal sobre a ação que se estava fazendo no Maranhão com o número de casos de Beribéri identificados com mais de trinta óbitos. A repercussão foi grande porque no início não teve diagnóstico e a notícia veiculada na televisão valorizava o fato de não ter diagnóstico e se tratar de uma doença rara. Então foi dado o diagnóstico de Neuropatia Beribérica e imediatamente no Maranhão o assunto foi abafado. No mesmo dia da cobrança fez uma pesquisa na internet nos jornais de grande circulação e percebeu que se tinha referência ao fato mas não tinha matéria, entrou em contato com Ribamar porque pela data já deveria ter saído na reunião do CONSEA, que quando viveram para cá em julho já tinha técnico do Ministério da Saúde no Maranhão investigando para esclarecer o diagnóstico. Estranhou que um problema de tanta gravidade não tivesse sido citado no CONSEA, na Câmara Temática de Saúde e nem na plenária. Ficou surpresa que o Conselheiro Ribamar como representante do Conselho do Nordeste não tinha tomado conhecimento do assunto de nenhuma forma, porque saiu esta matéria furtivamente e em seguida desapareceu. Na Câmara Temática, no dia anterior, na Comissão de nutricionistas fez um comentário que o Ministério da Saúde, através da Vigilância da Saúde não tinha dúvida de se tratar de Neuropatia Beribérica em diferentes formas e acham que que a enfermidade está relacionada com a refeição monótona, que a região é grande produtora de arroz e o consumo de arroz é muito alto, uso excessivo de álcool e eles trabalham muito com agrotóxico sem controle. Na sua avaliação como ensaio epidemiológico está correta, mas acha muito grave, já que um ponto da agenda do Governo Federal é o combate a fome e este problema não daria em nenhuma comunidade que não tem privação de alimentos. Citou exemplo de Cuba que com bloqueio econômico teve um número enorme de neuropatia, colocou não justificar, que uma das justificativas é que isso é uma coisa comum, já aconteceu em Cuba, mas não é comum. Trinta e oitos óbitos em adultos por conta de falta de vitaminas não pode ser tratado com este nível de banalização e está acontecendo com frequência a todo ano. Disse ser necessário fazer uma investigação profunda de como está funcionando o programa da saúde da família na região, para saber porque não fez a captação precoce de uma doença que estava levando as pessoas ao adoecimento e a morte e não tinha diagnóstico definido. Questiona o fato das pessoas serem beneficiadas pela bolsa família e comerem predominantemente arroz, a vigilância sanitária do Estado e do Município que não controlam o uso indiscriminado de agrotóxicos e de álcool justificando isso como se fosse uma coisa simples. Diz: "*... a gente quanto CONSEA, tem que tomar alguma providência.*" Lembrou um fato ocorrido em 1993 em Pernambuco, Pelagra, quando foram impedidos pelo prefeito de entrar no município e recorreram ao apoio da sociedade civil. Disse que não é comum morte por beribéri, principalmente em adultos e que semana que vem estará lá. Que é preciso ter cuidado para jogar toda responsabilidade no agente de saúde que já são depositários de muita coisa e que é importante capacitá-los. Que propôs ao Presidente do CONSEA do Maranhão que está presente e ao representante do Nordeste para fazer uma ação pública contra os gestores, responsabilizando-os pelos adoecimentos e óbitos porque entende que a responsabilidade é deles. Disse ter sido isto que foi discutido ontem e que havia uma pessoa da CEGEPAN aqui e também da vigilância da saúde que explicaram as medidas tomadas no Maranhão. Que o Ministério da Saúde foi



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ágil mais que como está estruturado o Sistema de Saúde no Brasil isto não caberia ao Ministério, já que o Ministério entraria apenas quando todas as alternativas dos gestores Estaduais e Municipais estivessem esgotadas e não aconteceu isto eles não fizeram quase nada e o Ministério interviu que é outra questão a ser discutida porque outros casos como este vem acontecendo sempre e o gestor cada vez vai se responsabilizando menos em seguida passou a palavra para o Conselheiro José Ribamar Araújo Silva, representante da Sociedade Civil, que cumprimenta os presente e faz uma homenagem a Dom Luciano onde declamou um poema de Paulo Silas e lembrando suas ações contra a miséria e a fome em seguida abordou o caso do beribéri no Maranhão onde disse que foram chamados atenção pela Sônia que este assunto já começava a ser discutida no Conselho Estadual de Saúde e a o monopólio da comunicação do Estado tem um controle muito grande sobre a noticia com indicadores negativos do Maranhão e que assim que souberam acionaram o Conselho Estadual de Saúde, que aqui há uma peculiaridade grande que associa o problema da saúde com o problema da insegurança alimentar e foram mapeados os municípios e foi identificado que os municípios onde foi identificado o problema é uma região de fronteira pré-amazônica uma área de grave degradação ambiental e dos vinte e três municípios onde o problema tem um incidência mais grave temos seis com forte presença de comunidades indígenas e ainda não tem casos de óbitos nas comunidades indígenas e apressaram a tomar alguns encaminhamentos numa ação conjunta entre o Conselho Estadual de Saúde e o Conselho de Insegurança Alimentar. Disse que o caso lembra um pouco o esforço concentrado que o CONSEA fez em Santo Amaro da Purificação. Disse já ter marcado com o Conselheiro Flávio Valente no Maranhão uma discussão sobre alimentação, miséria e fome. Como é vasta a plantação de celulose o uso de inseticida é alto e que a discussão deve ser feita em São Luiz para ter visibilidade. Discutiu ontem o tema na Câmara temática incluindo nesta discussão a presença forte do MDS e do Ministério do Meio Ambiente por conta das questões ambientais e estruturais que serão promovidas e que há uma incidência muito grande da monotonia alimentar. As pessoas, lá, comem muito arroz e farinha e que tem de se investir numa política de quintais produtivos e coisas do gênero, que já está sendo pautada esta discussão e terá a presença do Ministério da Saúde lá no dia cinco na próxima reunião do CONSEA. Dia onze haverá uma reunião entre o CONSEA e o conselho Estadual da Saúde e o Conselheiro Flávio estará lá dia dezenove, disse ainda que o CONSEA nacional deve acionar o MDS para ter uma força conjunta muito forte para achar alternativas alimentares de enfrentamento para aquele problema. O presidente do CONSEA Presidente Francisco Menezes toma da palavra e diz ao Sr. Ribamar e a Sra Sonia que o CONSEA precisa se manifestar já. Lembrou do do encaminhamento de Santo Amaro da Purificação e propôs a elaboração de uma proposta ser vista na parte da tarde, uma exposição de motivos ao presidente, trazendo a manifestação da gravidade da situação e junto as recomendações mesmo que já estejam sendo encaminhadas para que o conselho não fique silencioso e fora dele, disse ser necessária essa manifestação. Propôs a laboração do texto com a exposição de motivos para depois se dar forma a ele e sair com uma ação efetiva. Lembrou que estavam com uma hora de atraso e as pessoas estavam pedindo para falar e que daria a palavra a quem estava pedindo mas pediu a colaboração para que não houvesse debates já que iriam retomar o tema e assim não prejudicar a pauta. Sonia Lucena afirmou que a conduta principal de forma imediata é a distribuição de vitamina e que teme que esta ação venha ser a única intervenção, este risco ocorre inclusive por parte do Ministério da Saúde. Acha que a idéia de colocar outros Ministérios para contribuir em algumas ações menos emergências boa. O presidente Francisco Menezes novamente pede a compreensão para que não se abra um debate sobre o tema pois a s questões serão retomadas com apresentação da proposta, para que se cumpra a pauta e passou a palavra ao Conselheiro Flávio Luiz Scheik Valente da Relatoria do Direito Humano à Alimentação que pediu uma reação firme do CONSEA em relação ao caso, sugerindo na exposição de motivos a incorporação de uma solicitação ao Ministério Público para que eles façam um TAC, Termo de Ajustamento de Conduta, e que as tem de sair com missões claras. O presidente do CONSEA pede ao Conselheiro Flávio para que ajude na elaboração da proposta. A Conselheira Elza Maria Franco Braga, Conselheira Nacional tem a palavra e lembrou o falecimento do bispo Dom Fragoso a três semanas atrás como uma pessoa que apoiava a agricultura familiar e a organização dos trabalhadores inclusive no período da ditadura militar, agradeceu e passou a palavra para o Presidente do CONSEA informou que a questão do beribéri



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

seria tratada mais tarde com apresentação da exposição de motivos e informou a aqueles que querem se inscrever procurarem a o Conselheiro Ribamar e a Sr^a Sonia, apresentou o pedido feito pelo Conselheiro Ribamar para que ainda na parte dos informes trate da questão dos dez anos da cúpula mundial da alimentação. Informou ainda, do adiamento do que se realizaria em setembro passou para o final de outubro e perguntou ao doutor Turbino se ele gostaria de complementar pois houve cobranças na última reunião, pediu ao doutor Turbino que no final do tema conferência trazer um informe mais completo e que seria muito interessante para o CONSEA. Em seguida começou com a apresentação da proposta para terceira conferência e que em função do atraso sugeriu ao plenário que apresentassem os pontos das propostas das instâncias discutidas ontem porque assim teriam a mesma efetividade nos grupos de trabalho que serão organizados, dizendo que as instâncias vão estar nos grupos de trabalhos. Antes de passar a palavra lembrou que o Encontro Nacional de Maio foi que levantou a proposta de realização da Terceira Conferência, com sugestão para o mês de maio de 2007 que já foram formadas as comissões e subcomissões, já havendo inclusive reuniões que traçaram o primeiro esboço da proposta para terceira conferência e a Conselheira Maria Emilia estaria apresentando o conjunto das decisões e ações já realizadas, afirmou não poder sair da reunião sem decidir o local da realização da terceira conferência, sem decidir a composição dos delegados, decidir também a parte de conteúdo, relativo ao tema da conferência. Lembrou que a conferência não é só a realização da conferência nacional mais a importância que tem o processo dela, disse precisar sair com um cronograma bem definido a respeito do processo para levar as decisões a Presidência da República a proposta, para que através de um decreto o presidente convoque a conferência, disse já ter conversado com a Presidência que ela já está ciente da realização da terceira conferência mas é necessário formalizar e tendo as decisões se pode ter uma posição mais concreta, orientando que seja organizado os grupos de trabalho após a apresentação da Conselheira Maria Emilia, trabalhando a questão plenário, delegados, local e na parte da tarde levar para plenária o resultado das discussões e em seguida ir para fase de deliberações em seguida passou a palavra para a Maria Emilia Pacheco que cumprimentou os presentes e antes de fazer a apresentação em slides da disse será apresentação uma minúcia da proposta que está em construção sugeriu o nome da conferência como sendo: Por um desenvolvimento com soberania e segurança alimentar e nutricional. Justificou a criação do nome onde a soberania e segurança alimentar seja eixo estratégico colocando em questão a partir de uma crítica ao modelo de desenvolvimento e que seja apontado os caminhos do ponto de vista da política que deverão ser revistos. Apresentou três sugestões para proposta da terceira conferência que são: diretrizes de soberania e segurança alimentar e nutricional como eixos estratégicos do desenvolvimento do país e de sua inserção internacional. Diretrizes e prioridades de política, da política nacional de segurança alimentar e nutricional, e bases para um marco regulatório de implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Justificou a proposta que os três objetivos correspondem ao escopo geral que relaciona a perspectiva política da visão crítica sobre o modelo econômico que vai permear o debate até a implementação do sistema, afirmando que é parte desse contexto de realização da terceira conferência. A equidade, diversidade, sustentabilidade ambiental, direito humano em particular, direito humano alimentação adequada, soberania, participação social, intersetorialidade são objetivos estratégicos da conferência que permeiam o debate geral. Que os eixos temáticos têm coerência com os objetivos e são três, o primeiro é a segurança alimentar e nutricional nas estratégias de desenvolvimento, já foram identificados porém ainda não foram detalhados que este detalhamento faz parte do debate do grupo de hoje a tarde. O segundo eixo temático é sobre a política nacional de segurança alimentar e nutricional, que tem como objetivo avaliar as ações e programas públicos em curso com vistas a propor as bases de formulação da política nacional de segurança alimentar e nutricional, levando em conta princípios, objetivos, objetivos e recursos, indicadores de monitoramento e ações públicas de iniciativa da sociedade civil. Fez um destaque ao objetivo para formular propostas para a inserção da segurança alimentar e nutricional nos processos de planejamento, iniciando com o debate do PDA 2008 a 2011 e o terceiro eixo temático é a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com objetivo específico de definir as bases para o marco regulatório e a implementação do Sisan levando em consideração as esferas estaduais e municipais disse que para



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

os eixos são estas as indicações iniciais do conteúdo porém ainda sem detalhamento. Disse ainda ter uma proposta inicial que é a metodologia do processo preparatório. Que já existe um cronograma proposto que são três aspectos básicos: o primeiro é a elaboração de um documento base para orientar o processo, o segundo aspecto é a sugestão para realização de oficinas e seminários e o terceiro vai se falar do processo preparatório de município e estado. No seu entender o documento base vai contemplar os três eixos estratégicos e o documento tratará de segurança alimentar e soberania alimentar nas estratégias de desenvolvimento, política nacional e o sistema nacional. Para elaboração do documento propõe iniciativas de debate no âmbito estadual e municipal e a preocupação de que se tenha uma participação mais ativa e coletiva com isso esta metodologia tem aspectos diferentes da segunda conferência que tinham textos que subsidiaram os debates e que agora acha mais importante fazê-los de forma mais coletiva justificando a sugestão de duas oficinas e um seminário. A primeira oficina proposta é sobre política nacional onde os participantes seriam conselheiros, técnicos governamentais, representantes de organizações e especialistas. Entende que a oficina ficaria muito grande, tornando inviável a sua operacionalização na elaboração do documento base, lembrou ainda estar em construção, mais quer deixar o registro para o trabalho em grupo, alertando que como está formulado parece ser possível começar a discutir política sem o escopo geral da conferência. Vê a possibilidade de junção das oficinas que será preciso ser aprofundada as indicações no grupo de trabalho e entende que é importante manter o seminário mais para frente e a proposta é para fevereiro e as oficinas precisam ser realizadas a tempo do documento ir para as conferências estaduais. O seminário proposto é Segurança Alimentar e nutricional como eixo estratégico e o produto esperado dele é para preparação de um painel da conferência, mais ainda está em discussão qual a metodologia da conferência. O seminário é um mecanismo para o processo de mobilização podendo ter o sentido de preparar o debate mesmo que já tenha chegado algumas contribuições dos debates feitos no âmbito estadual e municipal, afirma ser importante ter um seminário como parte do processo de mobilização e de construção da conferência. A previsão é que o processo inicie em outubro no dia dezesseis está sendo proposta a vídeo conferência para deflagrar a dinâmica no âmbito municipal e sub-regional. Mesmo reconhecendo que neste momento o documento base não estará elaborado entende que existe subsídios que podem orientar e alimentar o debate no âmbito municipal e regional sugerindo um manual contendo os conteúdos com a síntese dos documentos de referência da segunda conferência e contendo também a síntese dos avanços e desafios do Encontro Nacional que ocorreu em maio. Maria Emilia diz que a pauta da terceira conferência já estará pronta e que as indicações para avaliação de proposições de política no âmbito estadual e municipal é fundamental nesta etapa e que as conferências formulem proposições nesse âmbito, que é o momento para valorizar as iniciativas e experiências pensando em metodologia que incorporem as experiências que estão em curso nos municípios e conjuntos de municípios. Na etapa estadual, prevista para se desenvolver em fevereiro a março já haverá um documento base orientador. Colocou dois aspectos para preparação da conferência, a importância as discussões que estão sendo programadas pelo CONSEA e órgãos do Governo precisam ser mapeados para servirem de alimentadores citando como exemplo o seminário de participação negras, a discussão da política nacional de alimentos, o seminário pelo PAA da Conab entre outros e o outro é estimular no âmbito municipal e estadual que sejam identificados as dinâmicas de redes, formas articulações, que estão discutindo e não fazem parte do Consea, mas têm em suas plataformas esta política de segurança alimentar. Outro aspecto que diz ser necessário ser decidido hoje é a questão dos delegados, existe um proposta de estimativa de dois mil participantes, incluindo 366 observadores e mil seiscentos e trinta e quatro delegados, explicou os números quebrados e disse que uma explicação mais detalhada tem pessoas para informarem, voltou a falar dos delegados apresentando os critérios que são: número de delegados por unidade de federação, representando um total de 420, 30% dos delegados estaduais, e um segundo, associado com a, proporcional a população da unidade de federação, representando 420 ou 30% de delegado estaduais. Um outro critério, insegurança alimentar, também aí tem uma ponderação representado por 280 ou 20% dos delegados estaduais, da população em situação de insegurança alimentar leve, moderada ou grave, e ainda as cotas por raça e etnia, 280, ou 20% do total de delegados estaduais, para indígenas, quilombolas e negros, desse total, 20% por indígenas,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

20% por quilombolas, 60% por negros. Informou que os critérios estão sendo discutidos na subcomissão de mobilização, lembrou que não existe cota para as mulheres e disse que a justificativa é que as mulheres são por excelência a parcela dos vários segmentos que mais mobilizam, chamou a atenção se não houver uma cota fazer uma recomendação bem clara sobre a participação da mulher. As mulheres presentes se manifestaram. Continuo falando sobre a questão do local da conferência que se chegara a um consenso até o final da tarde de hoje, disse que tem uma indicação para as propostas chegarem até 10 de agosto no Consea e os locais inicialmente indicados eram Belém, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Salvador e Vitória, e no dia 10 de agosto chegaram propostas de Curitiba, Fortaleza e Vitória que já vieram com levantamento de custos e infra-estrutura tem argumentos políticos de fatores de visibilidade que acha importante este critério ser levado em consideração e deve ser analisado em cada estado a interação dos Conseas estaduais com a dinâmica que ocorrem na luta e defesa de proposições de segurança alimentar e nutricional. Fez uma abordagem das cidades de Curitiba, Fortaleza e Vitória apresentando temas e características que justifiquem a realização da conferência, disse ser um resumo e que a discussão é mais rica e complexa que existe um cronograma que começa lá conferência e chega aos nossos dias, já tem côm certa a data da conferência que será de 22 a 25 de maio e a data tem uma razão de ser, porque se pretende interferir e influenciar na posições do PDA e este é o melhor período para haver tempo hábil. Tem plenária do CONSEA no mês de novembro e tem oficinas no período de setembro a outubro e manter o seminário lá pra fevereiro, agradeceu e passou a palavra para o Presidente Francisco Menezes que disse que Fortaleza está sob risco de impugnação mas se levar em consideração o que os outros estados fizeram os três serão impugnados, disse existir uma proposta para de reexaminar a data que o grupo irá discutir a questão passou para o trabalho em grupo, determinando que o grupo temático irá se reunir no auditório, o de delegados se reunirá na sala cento e cinco e o grupo local que discutirá o local na sala cento e um e que os trabalhos iriam até as treze horas, informando que a plenária vai se iniciar as quatorze e trinta horas de qualquer forma e já entrando na etapa de apresentação das conclusões dos grupos e deliberações. Foi feita pausa para o almoço e debates. O presidente Francisco Menezes abriu a sessão com a exibição de um filme com o resultado da doença celíaca, que antes de começar as resoluções sobre a conferência teria dois informes e passou a palavra para o o Conselheiro Jorge Luiz Carneiro de Macedo – Secretario Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, que cumprimentou os presentes disse ter dois informes rápidos o primeiro é que nos dias 03 a 16 de setembro será realizado em Salvador o 4º Congresso Nacional de pesquisadores negros e estão transferindo a reunião da Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional para Salvador para haver uma discussão com a Prefeitura e Governo Estadual, vê o movimento negro com dificuldades no debate e sabe da incidência que a fome tem sobre a população negra e o evento tem um fluxo de 10 mil pessoas, que esteve com o comitê organizador do Encontro Nacional de Juventude Negra, previsto para maio de 2007, em outubro tem apoio de alguns artistas negros e a idéia que a segurança alimentar e nutricional entram em debate no Encontro, o presidente do CONSEA disse ter uma preocupação para que as datas não se encontrem e o Conselheiro Jorge Luiz disse também ter a mesma preocupação e agradeceu passando a palavra o Presidente Francisco Menezes convocou a apresentação de cada grupo que trabalhou pela manhã iniciando pelo grupo de temática e passou a palavra para Conselheira Maria Emilia Pacheco disse que não conseguiram chegar na parte de metodologia da dinâmica de preparação que o debate seria feito na plenária. Quanto ao nome da conferência chegaram a duas propostas e que o Conselheiro Roberto teria uma terceira proposta e apresentou a argumentação da escolha das propostas dos nomes. O segundo objetivo do eixo temático é analisar o papel do Estado brasileiro na sociedade civil, houve mudanças na formulação inicial para dar ênfase maior a idéia de ação. O eixo temático 2 também sofreu alteração da formulação inicial, fez uma breve explanação sobre a mudança que passou a ter a seguinte redação: é uma formulação em construção. Colocou que para a necessidade de garantir as bases do marco regulatório e a intersectoriedade, faltando apenas detalhar os tópicos que caracterizam a concretização do sistema. O segundo objetivo desse eixo temático foi uma contribuição da Câmara temática 3 e houve alteração da redação que espera ser mantida. A redação ficou: intensificar a discussão e a articulação sobre a discussão de sistemas nacionais visando o cenário internacional.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Mencionou que a proposta da Câmara 3 fez lembrar que esta conferência também se dá num contexto onde as várias iniciativas de interação do Governo Brasileiro precisam ser mais potencializadas, não pensar as proposições e processos voltados apenas para nós mas com interação entre outros países. O presidente Francisco Menezes tomou a palavra e fazendo uma proposta para a questão da aprovação do tema, onde tiver alterações, examiná-las e definir se significa, conforme a posição trazida pelo grupo de trabalho. Nos outros dois grupos de trabalho tinham Conselheiros, se houve alterações nos temas, era o objetivo, devendo ter sido feito primeiro, se não houve examinaremos as partes que o grupo de trabalho vem propondo. O presidente do CONSEA pergunta a aqueles que não estavam na discussão do grupo 1, se tem alguma proposta de alteração, foi entendido que se tem outra proposta, o presidente então passou as questões colocadas no início. Perguntando se existe acordo para acrescentar o termo sustentável no título da conferência, Maria Emilia relatou que não houve acordo. O presidente Francisco Menezes deu início a escolha do nome onde coordenou o debate e a votação para inserção da sustentabilidade com o Conselheiros Roberto Vinzentin do Ministério do Meio Ambiente, Maria Emília Pacheco; Zilda Arns; Renato Sérgio Maluf; Caê; Adriano dos Santos Martins; que chegaram a cinco propostas; Proposta um: *Por um desenvolvimento com soberania, com segurança alimentar e nutricional*; Proposta dois: *Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional*; Proposta três: *Por um desenvolvimento com segurança alimentar e nutricional e soberania e sustentabilidade*; Proposta quatro: *Por um desenvolvimento com soberania e segurança alimentar e nutricional sustentáveis*; Proposta cinco: *Por um desenvolvimento com soberania, segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade*. Na votação a proposta um obteve quatro votos, proposta dois cinco votos a proposta três onze votos, a proposta quatro seis votos e a proposta cinco três votos, em razão de ter havido múltiplas propostas houve segundo turno e a proposta: Por um desenvolvimento com soberania e segurança alimentar e nutricional sustentáveis obteve seis votos e a proposta Por um desenvolvimento com segurança alimentar e nutricional, soberania e sustentabilidade obteve 21 votos e foi o nome escolhido. O presidente Francisco Menezes passou para segunda questão a escolha do objetivo geral foi aprovado como sendo Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e deliberou na parte dos objetivos específicos acrescentar a palavra eixo, passou a abordar a questão de inserir o sustentável em todas as demais passagens, a Conselheira Maria Emilia sugeriu acrescentar sustentabilidade e não desenvolvimento sustentável que o presidente Francisco Menezes concordou e o Conselheiro Roberto Vinzentin do Ministério do Meio Ambiente interferiu achando muito difuso soberania, segurança alimentar e sustentabilidade, disse ser a idéia como eixo estratégico o Presidente do CONSEA, intereriu fazendo lembrar que a conferência é a respeito de soberania e segurança alimentar e nutricional, uma preocupação de um desenvolvimento com sustentabilidade, para não haver confusão e parecer estar se fazendo uma conferência sobre sustentabilidade, agradeceu ao Conselheiro Roberto Vizentin, houve uma divergência na mesa e o presidente Francisco Menezes passou para comissão examinar e ajustar o texto sem a necessidade de passar pelo plenário, em seguida esplanou sobre a questão que o Conselheiro Flávio colocou que não se está falando de soberania nacional e sim de soberania alimentar, mostrou a necessidade de de qualificar a soberania que está se falando passando para a comissão adequar o texto. Passou a para proposta de alteração do eixo temático. O item 1 analisar os condicionantes de segurança alimentar e nutricional no cenário nacional e internacional e o papel do Estado brasileiro e da sociedade civil frente aos mesmos, substituindo a forma como estava redigido anteriormente e foi uma inclusão trazida por uma câmara temática. Foi aprovado. Em seguida foi para o eixo temático 2 e colocou: ao invés da primeira formulação que é avaliar as ações de programas, colocar: formular propostas de eixos articuladores da política e plano nacional de segurança alimentar e nutricional com base nos balanço das políticas e ações públicas desenvolvidas englobando princípios, diretrizes, objetivos e recursos, indicadores de monitoramento, ações públicas de iniciativa da sociedade civil. Que foi aprovado. Passou para o eixo temático 3 onde havia uma proposta de suprimir que foi entendida como formulações proposições para o marco regulatório, alertou que a redação tem de ser completa encarregando a subcomissão de conteúdo e metodologia de fazer esta comissão e aprovou o eixo temático 3, em seguida foi aprovado o eixo intensificar a discussão e a articulação sobre a construção de sistemas nacionais e segurança



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

alimentar e nutricional no cenário internacional e iniciou a discussão de metodologias, solicitou a ajuda da Conselheira Maria Emilia que se prontificou a fazer duas sugestões a primeira que o processo de preparação se dê com a elaboração de um documento base que é coletivo a segunda sugestão é que a elaboração coletiva se dê através de oficinas dizendo o caráter da mesma que ela disse já ter adiantado na subcomissão junto com a coordenação executiva. Propôs que a oficina seja no momento em que se faça o debate mais amplo do desenvolvimento e depois combine com a discussão política informou que os termos estão indicados nas suas bases iniciais na discussão de objetivos dos eixos. O presidente Francisco Menezes pergunta se é da política do sistema, A Conselheira Maria Emilia coloca para o presidente e demais presentes que existe uma preocupação com as datas das oficinas porém é preciso saber das dinâmicas no plano municipal e estadual para ser ter uma indicação do tipo de material a ser preparado uma vez que não haverá um texto de subsídio pronto ainda lembrou da necessidade de haver um acordo sobre a proposta dos materiais a serem produzidos. O presidente Francisco Menezes tomou a palavra e lembrou aqueles que participaram da segunda conferência que o documento básico foi elaborado por três pessoas designadas e depois aprovado em plenário e que aqui se propunha que o documento base seja construído coletivamente e por um número maior de pessoas envolvidas nos temas a serem discutidos, o seminário que se está propondo é para fevereiro onde já se vai tratar da discussão da política de soberania e segurança alimentar nutricional como eixo estratégico de desenvolvimento, partindo de um processo que já está em curso, lembrou que existe uma série que não escritas como sendo programadas pela conferência mencionando a responsabilidade em resgatar iniciativas que não ficam no conhecimentos de todos e o que é chamado do processo que se completa com as conferências municipais, estaduais e a nacional por tudo vê a necessidade de se elaborar um documento base na primeira decisão e a segunda decisão a forma de fazê-lo. Continuou colocando que as subcomissões e hoje os grupos de trabalhos indicaram que se faça através de um processo de oficina e seminários. Após uma explanação propôs a decisão sobre usar o processo de realização de oficinas e seminários, colocou que após a aprovação iria se discutir as oficinas e passou a palavra ao Conselheiro Roberto Vinzentin do Ministério do meio ambiente que colocou que sua experiência de participação em duas conferências nacionais do meio ambiente não associaria as oficinas a algum tipo de responsabilidade sobre a elaboração do documento preliminar e também não depositaria a responsabilidade da produção dos produtos na oficina, dizendo que a idéia seria manter o sistema e ter algumas pessoas referências para cada tema e passou a palavra para o presidente do CONSEA que disse entender a proposta do Conselheiro Roberto Vinzentin, ter pessoas que possam ficar responsável pela elaboração do documento dese a primeira oficina em seguida passou a palavra para o Conselheiro Flávio Luiz Scheik Valente – Relatoria do Direito Humano à alimentação concordou com a posição do Conselheiro Roberto sugerindo que se tentasse ter um grupo menor para fazer um documento que servisse de base o Presidente Francisco Menezes pergunta se seria do Seminário até a primeira oficina, respondendo o Conselheiro Flávio Luiz Scheik Valente responde que da primeira oficina porque com a alteração do eixo de desenvolvimento fica difícil saber o que é seminário ou oficina. Continuou que nós do CONSEA tem discutido as políticas como elas estão sendo feitas e tentar discutir o que se quer com esta segurança alimentar e soberania num primeiro momento e depois com a política. Disse ser necessário dar uma “chacoalhada na cabeça” para pensar com outro olhar para começar com o eixo de desenvolvimento e depois fazer a discussão que estava na proposta do sistema e finalmente partir para política ou vice e versa, não está fechado na questão mas pensa ser melhor pensar na política depois no sistema e o presidente Francisco Menezes tomou a palavra dizendo achar necessário abrir para manifestações e passa a palavra para o Conselheiro Adriano dos Santos Martins que colocou que o que não está escrito não se compreende e a idéia que fica clara para todo mundo é: “a gente vai aprovar o texto do documento na plenária”. Disse então que ele precisa estar pronto para avaliação e aprovação e que seja feito através das oficinas colocou que as discussões anteriores evoluíram para um processo de construção desse documento que em dado momento uma oficina fala de política e outra oficina fala de elementos do sistema isto a partir de uma discussão sobre segurança alimentar e desenvolvimento, conclui que vão ter dois momentos um com elementos do sistema que entraram na primeira discussão quando se falar sobre política e alguns elementos vão entrar na proposta que



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

se está elaborando e num segundo momento você se dedica aos detalhes do sistema. A proposta do seminário no ano que vem está no sentido de mobilizar mais setores da sociedade para discutir a soberania e segurança alimentar e nutricional nas estratégias de desenvolvimento, disse que é como "esquentar as turbinas" para conferência e para o processo de mobilização conclui que a proposta mais atualizada prevê a construção do documento em dois momentos em que os temas e os três eixos entram e as oficinas se interagem foi até aí que a subcomissão chegou, mas disse estar diferente do que está no papel. O presidente Francisco Menezes tomou a palavra e colocou que o que está projetado não reflete o estágio que se encontra a discussão e fechou as inscrições para falas e passou a ordená-las. O Conselheiro Pastor Silas dos Santos Vieira disse estar de acordo com a questão da construção coletiva do documento base, mas há um choque com o cronograma no calendário, porque o documento base deverá ser aprovado na plenária e enviado em 24 de novembro para os Estados para que eles tenham condições de suas conferências quando se coloca ser necessário a realização de duas oficinas e um seminário, o seminário fica fora por uma questão de data. O seminário deve ter outro propósito, porque ele fica na construção de um conteúdo para o primeiro painel da terceira conferência, disse valer o seminário neste sentido pois irá acontecer após o documento estar pronto. O tema que está para o seminário ele concorda com que está proposto para primeira oficina se discutir o modelo, princípios, diretrizes, modelos de desenvolvimentos que o país vai ter que adotar para em cima deste modelo pensar na questão política para o setor de segurança alimentar e nutricional. O presidente Francisco Menezes concorda com o Conselheiro dizendo que não se considerou o seminário contribuído para o documento, disse que talvez exista uma inadequação em se dar elementos para o painel por que não se decidiu ainda a pauta da conferência e sequer se ela vai ter painel, lembrou se vai estar numa situação de novo governo mesmo que reeleito e que é Portaria já no início das discussões do PPA, em seguida passou a palavra para Conselheira Elza Maria Franco Braga que se posicionou que começar a discutir pelo modelo de desenvolvimento se avançaria para mais uma discussão que não tinha se aprofundado e se for fazer isso será necessário mudar o quadro. Concordou com a metodologia das duas oficinas e que o seminário fica como fechamento, vendo o seminário no final como outro objetivo de aprofundar mais o documento que se vai discutir na conferência. O seminário pode ser um salto de qualidade nos termos de amadurecimento e aprofundamento, lembrando que na outra conferência isto não aconteceu, defende porque acha que tudo deverá ser refeito porque as datas não fecharam para elaboração do texto base. Passando a palavra em seguida para o Conselheiro Edmar Guariento Gadelha iniciou propondo que na oficina pode-se partir de três pressupostos, primeiro não ter modelo de desenvolvimento nenhum e seria construído um modelo sustentável que garanta a realização do direito humano e alimentação. Podendo a partir desse modelo para analisar e ver suas contradições. A questão política nacional definiria as diretrizes e prioridades. Você pode ter uma política nacional e não ter um plano. Afirmou ainda que existe a política nacional de alimentação, política nacional nutricional e ter um plano nacional de nutrição, concluindo que se quiser garantir orçamento para segurança alimentar se deve pensar no plano nacional no primeiro momento da política, que no plano se define metas, orçamentos, monitoramentos entre outras questões e passou a palavra para o Conselheiro Renato Sérgio Maluf iniciou explanando da dificuldade de se construir coletivamente, opinou sua compreensão sobre a leitura da reunião do dia anterior na forma de uma proposta, afirmando não ser o resultado da subcomissão e sim sua leitura. Ficou a idéia de se ter dois eventos chamados oficina, ficou esclarecido que o seminário não tratará da produção do documento. Os dois eventos tem por objetivo produzir um documento com duas proposições que são a política e o sistema e um outro objetivo que está na análise do modelo para tornar mais explícito que quer dizer quando se fala de eixo de desenvolvimento. Tem várias leituras sobre o tema. Não acredita que exista um modelo de desenvolvimento. Seria feito o primeiro evento que teriam dois pontos a serem tratados, segurança alimentar e eixo de desenvolvimento com três referências, onde as referências deveriam ser preparadas antes para ajudar são elas: contexto nacional e internacional, os eixos e os elementos de balanço que sairiam com o Encontro Nacional que faz parte da preparação. Ontem a noite foi sugerido uma análise das políticas setoriais desde da ótica da segurança alimentar e num primeiro momento estaria dizendo das implicações e no segundo momento entraria mais fundo com os elementos do sistema, nos aspectos institucionais,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

jurídicos e a estratégia de construção da política no sistema porque não se está dando a importância a questão da estratégia. Estratégia em política você constrói. Isso quer tem de ser tratado eo que a conferência tem se pronunciar. Pergunta: Nós vamos concentrar fogo onde? Com isso nós conseguiremos ter uma versão do documento base para trazer para plenária e depois mandar para os Estados. Tem a idéia também que a discussão de sistema seja compartilhada com os presidentes dos CONSEAs Estaduais, para que o debate nos Estados não aconteça como na segunda conferência onde cada um foi por si, cada um para um lado. É para que os conteúdos cheguem aos Estados. E passou a palavra para o Conselheiro Padre Matias Martinho Lenz iniciou dizendo que tem duas observações, primeira sobre o tema desenvolvimento, o eixo junto com a segurança alimentar. Já existe contribuições para definição mas não há um modelo elaborado, mas muitas contribuições e muitas propostas, citando o exemplo que resultaram na quarta semana social e o grande mutirão com oito mil pessoas em Brasília, sindicatos e outras entidades e a segunda observação era sobre o que o Renato falava, acrescentou que esta construção teria ser muito aberta com a participação dos Conselheiros Estaduais e a forma pode ser um seminário, mas existe a construção on-line que se está fazendo na América Latina. Para depois assinar melhor o texto. Ressalta ser importante que haja na parte da coleta muita possibilidade de participação nos Estados para conferências estaduais. Em seguida passou a palavra para Conselheira Zilda Arns que diz ser muito importante se ter um texto básico para a discussão que deve se aprimorar que o documento básico seria feito por poucas pessoas sendo encaminhado pelos conselheiros e técnicos e depois ser aprimorado. Que é importante as discussões das bases e o quem fizer o documento básico tem de ver a semana social e outros que têm muitas sugestões interessantes não ficando assim, muito teórico acima da compreensão popular, o documento sendo debatido nos municípios, nos estados e depois vir a nível nacional. Citou o exemplo da conferência de saúde que tem data para receber contribuições que depende do documento base e as contribuições são aprimoradas aqui. Vê como fundamental a participação da base porque se não eles não participam. O presidente do CONSEA tomou a palavra e passou para o último inscrito o Conselheiro Jorge Luiz Carneiro de Macedo – Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial que iniciou dizendo que embora o grupo temático tenha falado da população negra, gostaria que ele contasse nessa metodologia que o objetivo a realizar o segundo seminário era fazer uma avaliação de desafios e avanços que se teve em relação ao primeiro seminário e dialogar com a terceira conferência e com o texto base da forma que estão se organizando. Espera que os grupos historicamente discriminados tenham esta contribuição nessa terceira conferência. Dia 23 e 25 de novembro em Salvador. O Presidente Francisco Menezes tomou a palavra e dizendo que as contribuições não se antagonizaram, que o que estava proposto foi aprimorado e sugeriu escolher os nomes para construir, a partir do que foi registrado, formatar a primeira oficina. Mostrou sua preocupação com a hora, porque a necessidade de se discutir, inclusive para sair a convocação oficial da conferência e o local da conferência que é absolutamente oficial. Colocou que a proposta do Conselheiro Renato é procedente por entender ser a forma mais fácil de reunir um maior número de pessoas nessa comissão e da dificuldade de encontrar agenda que possam todos voltar a Brasília atrasa e complica o processo. Passando em seguida a palavra para Conselheira Adriana que colocou que a comissão não tinha definido a data e que achava difícil fazer a primeira oficina em setembro. Se posicionou que é importante a participação do governo nas duas oficinas e no seminário do ano que vem, acha importante o seminário ser ano que vem já que é um novo governo, a composição do governo é diferente. Sugeriu a data da primeira oficina em outubro e a segunda em novembro, justificou pela dificuldade de mobilizar o governo retornando a palavra ao presidente Francisco Menezes entende a dificuldade de estar tudo pronto a tempo do processo das conferências estaduais se iniciarem. Como foi mudado um pouco do caráter das oficinas, que são oficinas em construção, poderia se colocar uma data de outubro e uma segunda oficina no final de outubro, pediu que fosse consultado na Comissão para saber se é viável, que a questão levantada é procedente, não só em relação ao governo mas também em relação a oficina que está muito próxima para o que se deseja dela. O Conselheiro Renato Sérgio Maluf tomou a palavra colocando que não se falou muito sobre a oficina falando da necessidade de ver como ela seria organizada, ver se a plenária concorda com o caráter que foi dado a oficina, limitar o número de pessoas, já que são as instâncias do CONSEA que vão deliberar, sugeriu o número de trinta



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

peessoas que tem condições de contribuir e se comprometer com a produção e com elaboração do documento base Perguntou: O que isso tem a ver com a questão da Adriana? O número pensado tinha uma representação que teria parte de conselheiros, parte do governo e parte de especialistas convidados e alguns membros da próxima comissão. Um oito, dez pessoas que tenham perfil mais político. Sugeriu a data de 19 e 20. A outra possibilidade que acha difícil é jogar a oficina para uma data mais adiante que pode comprometer a difusão do documento das chamadas bases. O presidente do CONSEA passou a palavra para Conselheira Gleyse Maria Couto Peiter que a título de contribuição sugeriu a extensão de dois dias para dois dias e meio já que a mesma comissão vai estar nas duas oficinas escrevendo o documento, se economiza e faz mais longo com dois dias e meio. O Presidente do CONSEA tomou a palavra e ponderou que havia uma percepção de que a primeira oficina cumpriria um papel que ficaria antes daquela que só perceberia a partir da segunda oficina. Daí a idéia de se fazer duas oficinas, ressaltou a questão levantada pelo Conselheiro Renato que seria realizar a conferência em novembro, a plenária em novembro e não no final de novembro. Ponderou que se teria um ganho maior se colocar a data natural de 24 de novembro, a última terça-feira do mês, a plenária. A mesma comissão de metodologia e conteúdo identifica a partir de uma série de consultas, a data da primeira oficina faz um adiamento, que coloca a data um pouco depois da primeira votação. Se afastando estes quinze dias para ganhar tempo para a produção do texto base. Consulta o cronograma e vê 24 de novembro o texto estaria completo para ser enviado aos conselheiros em 08 de novembro, onde se poderia fazer um afastamento de 15 dias em relação a isso. Confirmou não ter nenhuma conferência para dezembro já que a de São Paulo foi cancelada. Deliberou as modificações e aprovou. Propôs uma revisão no cronograma para se ter uma referência. Disse ter uma surpresa para os presentes que diria depois. Continuou apreciando os trabalhos. Envio de texto para os Estados. Determinar a dinâmica, representação e local será definido aqui. A comissão irá reunir agora à noite e pode delegar a alguém que complete este trabalho de revisão da redação. A oficina 1 está alterada. Disse que deveriam tomar cuidados a mudar o nome. Acha que não precisa do eixo. Política e Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Estarão discutindo o aspecto deles como eixo de desenvolvimento. As três coisas vão ser tratadas. Colocar os primeiros dias de outubro. 4 e 5, e 10 e 11, uma alteração aqui. Elaboração do manual de orientadores foi mantido. Plenária do Consea, 25 e 26 de setembro foi mantido. Colocou que esta plenária não vai aprovar o documento. Orientações para as conferências municipais. Envio do roteiro e cartilha para os congressos municipais e regionais foi mantido. Realização das conferências sub-regionais a partir de outubro de 2006, vídeo conferência foi mantida, dia 16 de outubro, Dia Mundial de alimentação. Orientou para que se colocasse uma data para e uma reunião com os presidentes dos CONSEAs estaduais por entender ser essencial. As questões do sistema e do seminário ficaram para ser concluídas mais a frente e a Oficina 2 ficou para 9 e 10 de novembro inserindo o seminário de segurança alimentar e nutricional das populações negras e também o seminário do PAA. Disse ser o grupo 2 relativo a cotas e solicitou ao coordenador da comissão um relato do que foi discutido passando a palavra ao Conselheiro Ubiraci Danta de Oliveira abriu o relato explanando do empenho e responsabilidade da comissão para chegar ao melhor local entre o Paraná, Ceará e Espírito Santo começou a exposição de motivos pelo Espírito Santo que terá apoio irrestrito do Governo do Estado que o CONSEA estadual e o governo do estado têm excelente entrosamento e articulação. Não há problemas políticos, porque existe grande possibilidade da eleição ser decidida no primeiro turno. A questão da Ara Cruz Celulose. Que está dando como exemplo, a rainha da Noruega e quilombolas. O Consea do Espírito Santo tem boa articulação com os movimentos sociais, na questão da Federação dos trabalhadores rurais, está sugerindo a negociação coletiva. Existe um pacto de segurança alimentar e nutricional com os prefeitos. O local vai ser em Ara Cruz, há quinze minutos dos indígenas, quinze minutos dos quilombolas, infra-estrutura muito sofrida, a Petrobrás garantiu apoio". Seguido foi o Ceará: Disse que os companheiros do Ceará trouxeram cartas de apoio de governadores, presidente do Banco do Nordeste, federação das indústrias do Ceará, etc. e o Consea do Estado do Ceará aprovou por unanimidade a realização da conferência sendo avaliada como, na semana de alimentação, com a participação do centro de referência de economia solidária. Excelentes relações com os dois principais e apoio: muito boa, excelente estrutura. Estando a dez quilômetros do centro de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Fortaleza, nove quilômetros do centro de convenções, onde está proposto o evento. Rede hoteleira, sete quilômetros do centro, as maiores bolsas de pobreza foram colocados também no Ceará. Os maiores bolsões de pobreza estão no nordeste, e lá têm muitas experiências que as pessoas podem analisar. Em seguida passou para o relato do Paraná que na ausência dos companheiros que não puderam estar presentes outros fizeram a defesa, que o Conselheiro Ribamar disse ser uma vitrine em segurança alimentar e nutricional. Ao mesmo tempo que há o avanço, o Paraná está no centro dessa luta política e também na articulação dos Conseas. Disse que eu procurei ser fiel ao que os companheiros colocaram lá. E sendo no Ceará, em Curitiba ou no Espírito Santo iremos, vamos trabalhar de uma maneira tal, coesa, unida, unificada. Passando a palavra para Caê a representação do Paraná não pode estar presente teve sua defesa prejudicada e diz que a Conselheira Regina colocou que não se sente em condições fazer complementações que se tem 3 propostas e requer que se faça duas. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz que Curitiba fica prejudicada mas irá para votação já quer ela se apresentou perguntou quem queria fazer as vezes de Curitiba o Conselheiro Renato Sérgio Maluf se posicionou como sendo uma questão de encaminhamento, posicionando-se que se alguém tem de fazer uma representação de um Estado todos têm de ter representantes a Conselheira Regina Silva Miranda tomou a palavra colocando que o primeiro grupo apresentou e depois perguntou para o plenário. Achava que o mesmo critério devia ser usado. Perguntar para o plenário se alguém tiver alguma coisa se manifestar. O presidente Francisco Menezes solicitou aos conselheiros para simplificarem as coisas que não eram tão complicadas. Em seguida passou a palavra para Conselheira Regina da Silva Miranda explanou sobre as condições de Curitiba para sediar a conferência elogiando a infra-estrutura da cidade, a organização do CONSEA Estadual e os CONSEA municipais e deu seu voto ao Paraná tendo Curitiba como sede. O presidente do CONSEA retoma a palavra inicia os procedimentos de votação em relação as cidades. Curitiba 7 votos, Fortaleza 15 votos, Vitória 7 votos e uma abstenção, o presidente determina que os quinze conselheiros que votaram em Fortaleza desempatem as duas cidades empatadas. O Conselheiro Renato Sérgio Maluf diz declarar seu voto a Curitiba colocando que a votação em dois turnos é quando você tem três locais e dois ficaram muito próximos e Fortaleza ganhou qualquer votação. Disse que faria a inscrição porque não era possível as pessoas falarem ao mesmo tempo e passou a palavra para o Conselheiro Pedro Makumbundu Kitoko se posicionou que deveriam adotar o critério do início que a votação seria em dois turnos, sendo que os dois primeiros iriam para o segundo turno. Sugerindo que se repita a votação o Presidente Francisco Menezes toma a palavra e determina a ordem das falas passando a palavra para a Conselheira Elza Maria Franco Braga, colocou que o presidente do CONSEA iria fazer em dois turnos citou o exemplo da proposta que houve pulverização de posicionamentos, mas se posicionou contrariamente por questões aritméticas e a palavra voltou para o Presidente do CONSEA colocou da importância de se fazer a votação já que houve protestos e que a votação tem de ser legítima e que não será questionada, inclusive quem se absteve Primeira cidade: Curitiba 8 votos Fortaleza 16 votos e Vitória 7 votos e pediu para repetir a votação. O conselheiro Silas Leite da Silva – MRE – Questionou que Fortaleza teve mais um voto e não teria necessidade de segundo turno. O presidente Francisco Menezes informou que o Conselheiro Pedro Makumbundu Kitoko que houve uma decisão do plenário que haveria segunda votação e a mesma deve ser respeitada para não haver questionamentos posteriores lembrando ainda ter muitas questões a serem decididas. Curitiba 7 votos Fortaleza 19 votos e ficou decidido que o local será Fortaleza. Passou ao terceiro ponto que é a composição dos delegados da terceira conferência, chamando o grupo de trabalho onde o Conselheiro Edmar Guariento Gadelha colocou que para o grupo de trabalho o tema da composição seria realizado em maio de 2007, afirmou ser uma questão crucial a fim de aperfeiçoar o processo democrático considerando a representação da diversidade de força de setores, de movimentos, de dinâmica sociais presentes no movimentos de segurança alimentar e nutricional. Disse ter o grupo analisado a proposta que veio da comissão, o nome de delegados participantes da conferência sendo de 1.634, somando-se a participação de observadores e convidados podendo ir a 2º participantes que foi deliberado por um número de chamados de delegados natos oriundos do CONSEA Nacional, 42 representantes da sociedade civil titulares mais suplementos, o Governo Federal com 34 membros, este ano são 17 titulares e 17 suplentes. Mais 116 delegados e delegados indicados pelo Governo Federal, considerando 150



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

delegados representando o Governo Federal é o mesmo número da conferência de 2004. Dos 1.400 delegados restantes se optou por uma consideração, sendo, na primeira, um número mínimo absoluto por delegado por unidade da Federal, representando 30% desse conjunto, ou seja, 40 delegados, representando 16 delegados por Estado. Ficou resolvido que seria recomendado entre os 16 que fosse garantido a inclusão de representantes de comunidades tradicionais, exemplo, caiçara, ribeirinhos, sertanejos, enfim. Deixou claro tratar de uma recomendação. E entre também os representantes da federação, também de 30%, considerando aí as estimativas do IBGE de 2005, aí há toda uma consideração, em cada estado. O outro critério foi o critério de ponderação da insegurança alimentar, relação relacionando aí os dados IBGE. Num total de 1400 delegados, e aí distribuiu pelos estados estas vagas. E por último um critério por cota, por raça e etnia, correspondendo então aos 20% restante dos 1400, correspondendo então as 280 vagas da delegação total. Entre os 280 foi feita subcotas. Ou seja, dos 80%, 20% para indígenas, tomando por base também os dados e, posteriormente, o grupo, comissão indígena fez uma redistribuição a partir de São Paulo com 5 representantes, e Amazonas. Depois vai apresentar lá na frente o que corresponde para cada Estado. 20% para representantes dos quilombolas, correspondendo também a 56 vagas. Havia na proposta anterior 60% para representante do povo negro, e houve uma proposta de subcotar que passou então dos 40%. Dentro dos 60 de negros, o percentual para comunidades de Terreiro. Correspondendo a 20%. Há uma recomendação, uma recomendação que já tinha no grupo passado, não tinha sido discutido agora, mas em termos de recomendação para o Estado. Aos critérios. Então temos Roraima, com menor delegação, com um total de 30 delegados, o Estado de São Paulo, com 137 delegados. Há uma recomendação generalizada de forma também quanto ao conteúdo e metodologia, ao montar os painéis, as mesas, leva em consideração a representação de gênero, a composição. Que não ficou como cota, ficou como recomendação. Mudou, incluiu a recomendação das comunidades de Terreiro, não mudou no total. Mudou no total, porque quando você joga a taxa de ajuste, porque dá fração, aí o computador já joga a taxa de ajuste, e ao ajustar lá dá uma pequena diferença de um ou dois, e no total dos indígenas também não mudou, muda no estado. Porque no caso da delegação indígena houve uma "conservação", com S e não com C. Muda porque a gente viu nessa tabela que foi colocada, por exemplo, um dos exemplos Rio Grande do Norte e Piauí não têm nem índio, e lá nós não temos nem uma comunidade indígena nem em estúdio. O Rio de Janeiro, por exemplo, nós temos uma comunidade de 1500 índios, e, no entanto, tinham três delegados. E que outros? Tipo assim, onde aumentou, que foi Rondônia, tinha um delegado só e tem muito mais do que o Rio de Janeiro. O Acre tinha uma, nós passamos para dois, e tem bastantes problemas lá também. São Paulo tem a quantidade de índios bem menor, tinha cinco. Amazonas tinha 9. Tudo bem que a população do Amazonas é muito maior, mas os problemas não são tanto quanto Rondônia, quanto Rio Grande do Sul, quanto Mato Grosso, nós fizemos um ajuste dentro dos delegados indígenas conforme a necessidade de cada Estado. Foi aumentado, Mato Grosso onde procuramos ajustar melhor para que se faça uma representativa onde se tenha mais problemas. O presidente do CONSEA argumenta que deixou a impressão para quem não é especialista que aumenta a representação indígena na Região Norte em comparação a outros Estados o Conselheiro Edmar diz que terá a população indígena do norte, do nordeste e sul que o critério de distribuição usado não foi político e sim de problemas na segurança alimentar, o Presidente Francisco Menezes pergunta se não foi por região, foi estado o Conselheiro Edmar esclarece que dois estados do nordestes ficaram sem representação o Presidente Francisco Menezes coloca a importância das questões das cotas serem mínimas e o Conselheiros Edmar continua a explanação sobre como se deu a distribuição citando Minas Gerais quando põe a questão do terreiro passa a ser zero, sendo que tinham 19 de negros e 5 de quilombolas, baixaram dez. Porque lá a questão do Terreiro não seja uma coisa importante para Minas Gerais, mas a questão dos negros é. Tinha 19. Disse não querer retirar nenhum quer entender para fazer a defesa, já que é um estado volumoso e na última conferência houve dificuldades para manter o número de delegados, porque lá o CONSEA é mobilizador e tem mais de 20 regionais.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Linha 2086 Conselheiro Edmar ou Conselheira Terezinha Abordando a questão de terreiros; “ tiramos da nossa cota, o meu povo negro, eu pertencço a comunidade negra. Então para a comunidade de Terreiro falar por si, alguém fala por eles, porque nós estamos cansados de povo, e quando dá o recado, dá o recado errado. Do próprio negro. Dali não movimentou, se você botar a percentagem do negro, vai ficar tudo no mesmo.”

Entendendo que Minas Gerais pode ceder um pouquinho para uma comunidade tradicional que trouxe o negro. Você não está na questão negra. Você está pensando na questão já do Estado. Mas nós temos que ver o quê? O Governo Federal, o nosso Presidente da República dá aval aos nossos terreiros. Como pessoas que foi retirada lá da África, sem ninguém pedir para vir para cá, e trouxe a dente de ferro e construiu o Brasil que até agora nos agradeceu em nada, eu estou falando desse tipo de terreiro, desse tipo de comunidade. Como é que nós recebemos cesta básica no Brasil inteiro? O Brasil afirma, e nós estamos levando a nossa proposta para o Consea, o Consea vai negar, o que o Presidente da República está afirmando fica difícil. Aí nós vamos escrever hoje outras questões, podemos desenvolver hoje outras questão, porque o que nós estamos pedindo aqui, não é de terreiros, é ser reconhecido como o nosso Presidente da República tornou-se nós visíveis, e nós falamos por nós, é isso que nós queremos.

O presidente Francisco Menezes pede a todos a se identificarem e passa a palavra ao Conselheiro Adriano (**fala com representante do Ministério do Trabalho assina como representante da sociedade civil – ou é outro adriano não foi pela manhã ou ainda é Adriana Santos/assessoria do PR**) se apresenta como representante do Ministério do Trabalho, justificou sua ausência pela manhã, explanou sobre uma conferência sobre segurança da economia solidária onde a definição da composição é complexo na organização dadas às expectativas políticas que a população, grupos organizados têm de participar de uma conferência que é necessário apresentar para os estados critérios bem objetivos, porque explicar individualmente que vai perguntar porque é esse número e não é outro cria-se polêmica desnecessária. Concorda da importância da questão de cotas, mais discorda da composição de distribuição por entender que despolitiza a organização e a mobilização das pessoas para as conferências. Coloca que propõe uma distribuição de cotas extensa tira o caráter do debate político sobre o sistema e que a melhor proposta seria manter a cota para população indígenas, população negra a partir de critérios objetivos que dizem respeito a elas em cada Estado, agradeceu e passou a palavra ao Presidente Francisco Menezes que se manifestou;“resumindo a questão de cotas para indígenas e negros e passou a palavra para Conselheira Regina da Silva Miranda, que abordou as questões da cotas lembrando a diversidade brasileira, a maneira brutal e covarde como foram tratados os negros quando vieram para o Brasil, criticou o fato de ter sido o último país a abolir a escravatura, criticou a discriminação e o preconceito racial evidente em nossa sociedade. Disse que dentro da comunidade negra a comunidade de Terreiro é discriminada e defendeu o Terreiro como sendo muito mais que religião, é recinto, é uma estratégia de enfrentamento para poder prover todos os negros. Defende a cota de Terreiro porque é o resgate necessário a passou a palavra para o presidente Francisco Menezes citou os conselheiros que estavam se inscrevendo e colocando que ainda tinham exposições de motivos importantes passou a palavra para o Conselheiro **Valmor Schiochet do Ministério do Trabalho(não assinou a lista de presença, verificar se o mesmo, ma estenotipia só tinha valmor)** Explanou sobre os debates que estão sendo feitos pela questão racial em todo país, que o Presidente Lula está estimulando os debates, que o debate é um debate de diversidade e é difícil, afirmou que no caso de Minas Gerais ser necessário a representatividade das comunidades de Terreiros que se tem de ter sensibilidade para lidar e não por enfrentamento, que se estava tratando a questão do debate nacional, as ações afirmativas que as universidades estão participando sendo necessário propagar o debate e encerrou pedindo pa se assegurar um método que garanta a participação destes grupos históricos e passou a palavra ao Presidente do CONSEA que agradeceu e em seguida passou a palavra para o Conselheiro Renato Sérgio Maluf colocou que segue a mesma linha do Presidente do CONSEA, do Conselheiro Jorge que estão construindo um debate nacional da maior relevância que a decisão que está sendo tomada aqui não se encerra nessa sala que é uma decisão de um critério que vai orientar uma conferência nacional que sua sugestão é se apegar a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

critérios com o aprendizado se domina e a Conselheira Regina Silva Miranda tomou a palavra para fazer uma consideração com objetivo de ajudar no encaminhamento que a questão dos Terreiros não está sendo colocada aqui, já vem sendo colocada que tem muito orgulho do CONSEA e da contribuição que ele dá para o debate o Presidente Francisco Menezes toma a palavra e identifica um problema colocado com Estado de Minas Gerais que é necessário discutir a questão mais que além do debate se volte a para resolver a questão da composição que não deve se fruto de conflito e sim de encaminhamento e que têm vários inscritos, passa a palavra ao Conselheiro Jorge Luiz Carneiro de Macedo _ Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial se posicionou que o encaminhamento é reforçar o que está aqui e que foi um grande avanço do ponto de vista de ações afirmativas e de diversidade. Que não pode ficar na discussão das vagas. Abordou sobre a matriz orientadora da diversidade cultural que é o Brasil que ainda não contempla toda a diversidade porque passa por uma representação política, que foram contemplados os quilombolas, os negros e indígenas por serem os segmentos mais representados. Na próxima conferência outros apareçam e no Ceará terá de arranjar vaga para os catadores de materiais recicláveis. Colocando que esta matriz terá de ter uma releitura em cada estado. Por mais que se discuta os 27 estados sempre haverá um senão. Propõe o encerramento da discussão reforçando com exemplos de várias categorias de risco organizadas, mas achou a matriz excelente. O Presidente do CONSEA toma a palavra e questiona se o conselheiro quer aprovar a matriz e disse que iria fazer uma consulta e tem a necessidade de aprovar um número de delegados por estado. Que na elaboração do regimento terão de que discriminar a composição e assim mais tempo para discussão. O regimento não será aprovado e nem existe proposta dele para esta plenária. Podendo trazer esta discussão primeiro se realizando nas estâncias e depois na plenária para resolução dessa composição e que no seu ponto de vista já poderia ser aprovado. Entende existir um certo incômodo no sentido da compreensão e seguiu com as inscrições com no máximo de 2 minutos de fala para apresentação de propostas passando a palavra para o Conselheiro Carlos Eduardo (Caê) lembrou a comunidade de remanescentes fez um seminário ante a segunda conferência com dificuldades organizando-se o primeiro seminário preparatório de segurança alimentar na Bahia e o seminário contribuiu para uma luta, uma estratégia em torno de segurança alimentar. Fez uma proposta de encaminhamento sendo que a comissão estudasse os estados, inclusive São Paulo que é um número significativo para corrigir as distorções mas entende que não pesa na riqueza desses segmentos na conferência. O Presidente do Consea, agradece e passa a palavra para o Conselheiro Pedro Makumbundu Kitoko que coloca a questão da representatividade influi nas decisões que a conferência vai tomar. Ao fazer as contas pareceu que indígenas e negros reprspentam menos de 20% , se for verdade não está representativo, Colocou que Terreiros não significam necessariamente negros, quilombolas não significam negros, colocando que no Espírito Santos se tem comunidades quilombolas descendentes de italianos. Terreiros existem brancos dentro dos terreiros, passa a palavra ao Conselheiro Pastor Silas dos Santos Vieira que entende estar numa construção na área de direitos iguais que é contra a qualquer forma de discriminação e que a comunidade de Terreiro é uma expressão social e por isto está sendo incluída e é um ´privilegio ter um representante no CONSEA, se o a comunidade de Terreiro se pelo pelo viés religioso seria contra mas estando num critério religioso gostaria de compreender melhor e apoiar que tem uma preocupação quer a conferência pode estar dando alguma tintura de discriminação em relação a outras religiões que não estão sendo vistas. Passou a palavra para o Conselheiro Josè Ribamar Araújo e Silva disse ter ouvido ataque e defesas por isso se inscreveu novamente e que toda vez que se transforma pessoas em números se corre o risco de ser pornográfico e que estão tratando de uma cota que é 280. Da maneira como está sendo estabelecidas estão politizando as cotas. Seguindo a instituição tem que se trazer para o diálogo da segurança alimentar os setores de mais vulnerabilidades historicamente e reencontra a comunidade de Terreiro, que não são apenas espaços religiosos mas são também territórios étnicos e de resistência e de promoção da segurança alimentar e nutricional. Diz que só se tem a ganhar com a inclusão e que a conferência tem de dar um passo a frente e que qualquer movimento contrário implicaria em retrocesso no que já foi avançado. O presidente Do CONSEA agradeceu passando em seguida a palavra ao Conselheiro Flávio Luiz Scheik Valente – Relatoria do Direito Humano à Alimentação que propõe a fazer uma exposição breve colocou que o princípio dos Direitos Humanos



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

trabalham a questão do auto conhecimento como um princípio básico. Que se é para trabalhar com cotas estariam atendendo os delegados que deviam ser negros por serem eles que estão se debruçando sobre a questão a partir do processo de organização social dessas populações, entende que está se deixando de fora outros grupos sociais que não estão organizados colocou se o Estado quiser trazer 47%, 52% que traga de negros é o mínimo. É isso que se está sugerindo, nesse sentido não vota, mas se concordassem com o processo e na próxima monitorasse. Parabenizava. Passa a palavra para o Conselheiro Adriano dos Santos Martins se posiciona que a questão de mexer com as cotas dos negros, Terreiro questiona os próprios critérios, não quanto inclusão mais critério de exclusão, se tinha 24 negros se passou a ter 18. Colocou que não se tem clareza de quantos terreiros se tem lá. Pode-se ter outras representações, citou congados que é muito forte em Minas Gerais, que é um estado que tem outro tipo de organização conclui que não tem condições do Estado de Minas Gerais perder seis representações negras. Entende que se poderia pegar as propostas do Terreiro e tirar da outra representação conforme foi colocado a representação de cotas está subindo. Achou que o critério fosse regional a outras comunidades que sequer tem endereço e que existem. O Presidente Francisco Menezes posiciona no que diz respeito a negros, indígenas que o CONSEA não vai aceitar estado que não tenha o mínimo representativo e passa a palavra para o Conselheiro Edmar Guariento Gadelhal se posicionou que se aprovar esta matriz, reconhecer esta diversidade que é o que importante do ponto de vista político terá de se recorrer a dados ultrapassados e importante definir politicamente estes critérios e colocou ainda a necessidade de avaliar o programa de computador que está dando distorção passando a palavra para o Conselheiro Adriano dos Santos Martins que aborda as aprovações que tem de ser feitas dos delegados natos e dos delegados estaduais que são 1.400 propostos que tem o mínimo por unidade. Colocou que se a aprovação for por cotas apesar de em geral existir a concordância está existindo dúvidas em relação aos números como eles estão. Que ter mais cotas de Terreiro em Goiás do que para os negros é uma situação confusa que se corre o risco dos números que se apresentados aos estados gerarem uma incompreensão do porque se chegou aqui as coisas que a gente poderia ponderar melhor e entende que se está dando um passo muito importante e o Presidente Francisco Menezes pergunta se o Conselheiro está pedindo um tempo que continua que tem por segurança alimentar um percentual que se pode deixar para os estados definirem, que quando as pessoas do Estado da Bahia, Minas, da subcomissão e da comissão olharem farão os ajustes que nos deixaram muito mais seguro e calçado e se tem tempo para isso e só precisa desse final para aprovar o regimento em outra plenária. Defende que se aprove a orientação das ponderações mas que se abra um período daqui até a próxima plenária para que o pessoal se debruce e o Presidente do CONSEA toma a palavra e coloca que aceita e vai se trabalhar sobre cota e buscar ainda a comissão para aprimorar a divisão para evitar questionamento de algum erro eventual e passou a palavra para Conselheira Roseane do Socorro Gonçalves Vianna coloca que nos últimos quatro anos é que se teve visibilidade da população e não se sabia nada da população negra. A partir da pirâmide que se teve um avanço no conhecimento sobre a população negra que se tem Estados muito afetados assim como comunidades de terreiros que os números de comunidades de Terreiros foram feitos pelo MDS por conta da distribuição das cestas de alimentos e então se viu a questão da insegurança alimentar nos terreiros. Concorda com Conselheiro Adriano que se tem de aprovar o percentual de 20% e é relatora da comissão e tem uma reunião dia 11 de setembro que se pode adequar fazendo o que a população indígena fez, se pode rever porque é muito difícil ter os números exatos e por conta do debate a CP2 pede um espaço nas conferências estaduais para estar mostrando o trabalho do mandato de 2004/2006 porque a luta é constante e quer mostrar nas conferências estaduais, na vídeo conferência porque é importante e porque é um assunto que trouxeram para este debate aqui. Está na ata da reunião que foi entregue ontem ao Conselheiro Aloísio que é um processo de aprendizagem e ensino sobre a população negra e merece uma plenária de um dia inteiro sobre o assunto para debater melhor com especialistas e a comissão. O Presidente Francisco Menezes passa a palavra para Conselheira Maria Emilia Pacheco que a recomendação que quer fazer para a sociedade brasileira entenda que o Brasil está se vendo de forma diferente que as questões de etnia, racial, ambiental estão sendo propulsoras de novas identidades, de movimentos, articulações e o Governo brasileiro está reconhecendo pela primeira vez. O Ministério do Meio Ambiente junto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

com o MDS estão fazendo proposta de política nacional para os povos e populações tradicionais que é preciso explicar isso. Tem que haver alguma orientação no manual que o Brasil está cunhando um conceito de povos e comunidades tradicionais que são formas próprias de organização social e relação com recursos naturais para sua sobrevivência. Esta recomendação é necessária para não haver confusão e que estamos elegendo critério de religiosidade. É a leitura de segurança e soberania alimentar do ponto de vista das identidades sócios culturais que se constroem, é o reconhecimento dessas populações tradicionais. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra aprovando a proposta da Conselheira Maria Emilia afirmando não bastar apresentar números para os Estados, que se está num processo de educação e que o manual que leva informações para os conselhos terá uma fundamentação política do porque do avanço e aprovou a decisão. Não havendo nem mais um ponto para discutir dentro do que se precisava passou ao encaminhamento das instâncias. Informou que no final de semana foi realizada a nutricional das comunidades quilombolas mostrando este avanço. Passando a palavra para o Conselheiro Pastor Silas dos Santos Vieira colocou que se tem dois pontos que precisam de aprovação do plenário. Um que o CONSEA manifeste a solidariedade pelo falecimento do bispo Luciano o presidente do CONSEA pergunta da segunda proposta o Conselheiro continua dizendo que a questão em torno da conferência nacional é manter as reuniões da CP3 e CP4 uma vez que existe demanda. E a segunda é construir uma comissão para o CONSEA em São Paulo e sugestão era que os conselheiros de São Paulo pedissem uma audiência com o Governador pela situação que se encontra o CONSEA de lá. Em seguida passou a palavra para o Presidente Francisco Menezes colocou que o Conselheiro Ribamar havia comentado que já havia uma manifestação para CNBB e que seria lido e aprovado, passando a palavra para o Conselheiro José Ribamar Araújo e Silva que esclareceu estarem fazendo uma moção de louvor e leu: "Fase ao recente falecimento de Dom Luciano Pereira de Almeida, arcebispo de Mariana, Minas Gerais, expresso de público um voto de louvor pela liderança durante décadas, desde o tempo do regime militar, na luta pela defesa da vida, dos Direitos Humanos, no resgate, principalmente dos povos e meninas de rua. Como secretário geral d do Consea, em 1978 e como presidente da CNPB, na luta pela redemocratização do país". E seguida a palavra do Presidente do CONSEA que se posicionou que a comissão marque uma audiência com o Governador de São Paulo e que ele compareceria como Presidente do CONSEA e sugeriu que os Conselheiros Nacionais do Estado de São Paulo compusessem a comissão citando Cristiane, Valter, Ubiraci e Carlos Faccinir para marcar a audiência. E passou para o Conselheiro Élide Bonomo para fazer a exposição de motivos do Beribéri no Estado do Maranhão iniciou informando que o CONSEA tomou conhecimento dos 23 municípios do Estado do Maranhão atingidos pela doença e que o Ministério da Saúde identificou 230 casos com diferentes sintomatologias e 16% dos casos diagnosticados. O caso apresentado é em função de uma dieta habitual da região com o uso exagerado de álcool uso abusivo de agrotóxicos que a única intervenção feita até o momento foi medicar os pacientes tendo sido definidas ações de curto, médio e longo prazo pelo Conselho Nacional e Estadual de integrar as comissões e a integração efetiva do Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de debelar o problema. Na reunião do plenário do CONSEA o conselho decidiu pelo encaminhamento, a assembléia e ao Ministério Público Federal daquele Estado sugerindo que seja promovido o termo de ajustamento de conduta para a responsabilidade frente aos fatos e passou a palavra para o Presidente Francisco Menezes que imediatamente aprovou a vigilância de saúde e colocando precedente o que fora levantado pelo Conselheiro sugerindo ajustes num parágrafo citando as secretarias e foi aprovada a exposição de motivos passou então a abordar a questão das cisternas nas fazendas. Que após uma conversa com os Conselheiros Edmar e Nairdson recebeu a informação que a asa ainda está no processo de discussão que não seria oportuno o CONSEA se antecipar por haver várias leituras dentro da asa e aguardaria o pronunciamento. A Conselheira Maria Emilia, tomou a palavra para expor dois pontos o primeiro foi a indicação da Conselheira Sônia para substituir o Conselheiro Malaquias, que se encontra doente, numa comissão da qual participa a asa e que a Conselheira aceitou e é uma comissão que participa do processo de avaliação do P1MC e o segundo que ontem procuraram discutir os resultados da negociação do orçamento, porém não tinham todas as informações para fazer uma avaliação mas chegaram a conclusão de discutir melhor como se deve proceder e passou a palavra ao Presidente Francisco Menezes que entendeu a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

sugestão para fazer um balanço na próxima discussão e vetou uma revisão. Enfatizou a importância do que iria ocorrer na Conab na manhã seguinte que era uma iniciativa conjunta do CONSEA e Conab e os Ministérios envolvidos com o programa de aquisição de alimentos e todos que ficarem terão oportunidade de assistir uma forma nova do CONSEA que vai além das reuniões de plenária com iniciativa protagonista, de propor este seminário a partir de uma proposta já aprovada no CONSEA e continuou destacando trabalho realizado em prol da conferência e os trabalhos realizados no dia de hoje acreditando estar no caminho certo e por fim deixou um aviso do Ministro Guedes que tem um compromisso de hora na parte da manhã e pediu o comparecimento às 8h30 da manhã na Conab. O evento começa às 7h30 o Ministro em exercício, que substitui o Ministro Cassel está em viagem e estarão presentes às 8h30.

ENCERRAMENTO: Sem mais a tratar, os trabalhos foram encerrados às 18h30, sendo a presente reunião gravada em áudio. Lavrou-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Francisco Menezes, e pelo Secretário, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e rubricada pelos demais Conselheiros, para que se produza o seu efeito legal.

Brasília, 29 de agosto de 2006.

Francisco Menezes
Presidente

Patrus Ananias
Secretário